
MODELOS DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: As compreensões dos (as) professores (as) da rede pública do município de Belém acerca da saúde sexual e reprodutiva

SEXUALITY EDUCATION MODELS: UNDERSTANDINGS OF PUBLIC SCHOOL TEACHERS IN THE MUNICIPALITY OF BELÉM REGARDING SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH

MODELOS DE EDUCACIÓN SEXUAL: LA COMPRENSIÓN DE LOS DOCENTES DEL SISTEMA ESCOLAR PÚBLICO DEL MUNICIPIO DE BELÉM SOBRE LA SALUD SEXUAL Y REPRODUCTIVA

Warley Corrêa Lira¹

<https://orcid.org/0000-0002-2659-640X>

<http://lattes.cnpq.br/9808762588215968>

RESUMO: O artigo debate as concepções dos (as) professores (as) da rede pública de Belém acerca da educação em saúde sexual e reprodutiva. A partir disso, formulamos a seguinte questão problema: Quais as compreensões dos/as professores/as da educação básica a respeito da promoção de uma educação em saúde sexual e reprodutiva na escola? Neste estudo de abordagem qualitativa, elegemos como técnica de coleta de dados o questionário, onde nele estavam presentes questões problematizadoras em relação ao conceito de saúde sexual e reprodutiva, a formação continuada, o trabalho com esses conteúdos e a preparação deles diante dessa temática. Concluímos que é imprescindível abordar com adolescentes e jovens os aspectos sociais, culturais e afetivos da saúde sexual e reprodutiva a fim de facilitar a eles o acesso às informações de qualidade necessárias para viverem sua sexualidade de forma plena.

Palavras-chave: saúde sexual; saúde reprodutiva; modelos; professores; Belém.

ABSTRACT: The text discusses the conceptions of teachers of public schools in Belém about sexual and reproductive health education. As of this theme, we formulate the research question: what are the understandings of basic education teachers regarding the promotion of sexual and reproductive health education at school? In this research with a qualitative approach, we chose the questionnaire as a data collection technique, which included the Problematising questions in relation to the concept of sexual and reproductive health, continued education, the use of these contents and their preparation in relation to this theme. We conclude that it is essential to discuss with adolescents and young people the social, cultural and affective aspects of sexual and reproductive health to facilitate access to the quality information they need to live their sexuality in a full.

Keywords: sexual health, reproductive health, models; teachers; Belém.

¹ Mestrando no Programa de Pós- Graduação em Cidades: Territórios, Identidades e Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Graduando de Letras Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Pará. E-mail: warley.correa19@gmail.com

RESUMEN: El texto debate las concepciones de los profesores de la red pública de Belém acerca de la educación en salud sexual y reproductiva. A partir de eso, formulamos la cuestión de investigación: ¿Cuáles son las comprensiones de los profesores de la educación básica respecto a la promoción de una educación en salud sexual y reproductiva en la escuela? En esta investigación de abordaje cualitativo, elegimos como técnica de recolección de datos el cuestionario, donde en él estaban presentes cuestiones problematizadoras en relación al concepto de salud sexual y reproductiva, la formación continua, el trabajo con esos contenidos y la preparación de ellos ante esa temática. Concluimos que es imprescindible abordar con adolescentes y jóvenes los aspectos sociales, culturales y afectivos de la salud sexual y reproductiva a fin de facilitar a ellos el acceso a las informaciones de calidad necesarias para vivir su sexualidad de forma plena.

Palabras clave: salud sexual; salud reproductiva; modelos; profesores; Belém.

INTRODUÇÃO

Comecei a ter curiosidades e questionamentos em relação a temas como início da vida sexual, saúde sexual e reprodutiva e a diversidade sexual presente na sociedade, no início da adolescência, porém, assim como em muitos lares essas discussões eram “tabus” e eram tocadas pelos meus parentes de forma pejorativa. Diante desse panorama, muitos adolescentes do sexo masculino, pressionados pelos discursos machistas acerca da virgindade, buscam informações muitas vezes nos programas de televisão, os quais veiculavam um conteúdo mais erotizado, comum nas programações da década de 2000.

O meu contato inicial com orientações sobre a sexualidade na escola foi com a Disciplina de Educação Sexual no 6º ano do Ensino Fundamental na escola privada Núcleo Maria Fontenelle no ano de 2010, onde o currículo escolar era mediado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais², na qual a professora trazia à tona temas como Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST's³ e as medidas de prevenção, gravidez na adolescência e algumas dicas de higiene íntima feminina e masculina, vale ressaltar que essas propostas eram bem aceitas

² Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997, p.13)

³ A denominação mais adequada são infecções sexualmente transmissíveis, pois na nomenclatura “DST” o “D” vem de doenças que implicam em sintomas ou sinais visíveis nos indivíduos e já infecções refere-se a períodos assintomáticos, por exemplo, a sífilis, o condiloma acuminado e a herpes genital ou mantém-se assintomática durante toda a vida do ser humano, a infecção pelo HPV e o vírus da herpes são exemplos desse fenômeno (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

pela comunidade escolar, pelo fato de muitos dos pais temerem principalmente o avanço das infecções em adolescentes e jovens.⁴

Nessa esteira, ao refletir sobre sua trajetória escolar e no diálogo com adolescentes e jovens, a professora ouviu muitos relatos deles em relação a práticas sexuais desprotegidas e, na maioria dos casos, a consequência foi uma gravidez precoce, mas também muitos adolescentes lhe confidenciaram já terem sofrido assédio ou abuso sexual, principalmente na infância, nos seus domicílios e essas situações causaram não somente traumas físicos, mas também psicológicos.

É imprescindível dentro dos ambientes escolares uma abordagem maior para a educação em saúde sexual e reprodutiva no intuito de garantir informações de qualidade para esse público, para poder contribuir para a diminuição desses dados da saúde sexual e da saúde reprodutiva da adolescência no Brasil.

A escolha desse tema surgiu a partir da minha experiência como voluntário no Projeto de Extensão Saúde na Comunidade (PRESC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual aplica estratégias multidisciplinares de educação em saúde, com ênfase em saúde sexual e reprodutiva, para adolescentes e adultos sob orientação do Prof. Dr. Fernando Miranda Costa e tem como missão educar para libertar, proteger e empoderar.

Considerando o exposto, formulamos a seguinte questão de pesquisa: Quais as compreensões dos/as professores/as da educação básica a respeito da promoção de uma educação em saúde sexual e reprodutiva na escola? O objetivo foi compreender como os (as) professores (as) do ensino fundamental e médio compreendem a educação em saúde sexual e reprodutiva em algumas escolas da rede pública do município de Belém.

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: INTERFACES COM OS DEBATES SOBRE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE

Assuntos relacionados à sexualidade, historicamente, no Brasil foram considerados “tabus” para serem discutidos em espaços como o seio familiar e a escola, por conta principalmente de um discurso ideológico e religioso pautado na “criminalização” das

⁴ Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (BRASIL,1990).

discussões em torno das expressões associadas à sexualidade. No entanto, como veremos a seguir, alguns dados da realidade brasileira apontam para a necessidade de uma educação sexual e reprodutiva na qual possam evitar situações de assédio ou abuso sexual, gravidez precoce, infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e outros conteúdos ligados à saúde sexual e reprodutiva e que são necessários para manter uma sexualidade de maneira saudável.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, 61.153 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos foram vítimas de estupro no Brasil, o qual representa o crime que mais vitima crianças e adolescentes no país (Brasil, 2024). No dia 6 de julho de 2021 foi veiculada uma notícia de um garoto de 12 anos no qual denunciou um homem, amigo do seu pai, por ter praticado violência sexual após assistir uma reportagem sobre abuso sexual infantil. Desse modo, podemos perceber que a informação de qualidade se propagada nas escolas, nos meios de comunicação e também em outras instituições poderiam funcionar como mecanismos de prevenção ao cometimento desses crimes sexuais como a pornografia infantil, a exploração sexual e o assédio e abuso infantil conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990).

Além das estatísticas anteriormente mencionadas, o Brasil convive com muitas mães adolescentes, pois segundo dados do DataSus, no ano de 2023, ocorreu 289.093 partos de meninas de 15 a 19 anos e entre meninas de 10 a 14 anos o número registrado foi de 13.932 partos. Inclusive, vale salientar que relação sexual com adolescentes menores de 14 anos é considerada crime, tipificado como estupro de vulnerável, bem como casamento infantil ou qualquer outro tipo de relacionamento o qual envolve relações sexuais (Ferreira, 2025). Diante desse panorama, essas gravidezes precoces, conforme especialistas, implicam no aparecimento de conflitos psicológicos e familiares, no abandono total dos estudos e na dificuldade em se encaixar no mercado de trabalho (Senado, 2017).

Em relação às infecções sexualmente transmissíveis, em 2023, foram registrados 38 mil casos de HIV/AIDS, entretanto a taxa de mortalidade pelo vírus atingiu o número de 3,9 óbitos, considerado a menor taxa desde o ano de 2013. Somado a isso, o Ministério da Saúde aponta para um problema de saúde pública, a epidemia de sífilis no país, no qual foram notificados, em 2024, 256.830 casos de sífilis adquirida, 89.724 casos dessa infecção em grávidas e 24.443 casos de sífilis congênita (Brasil, 2025).

Essas contaminações, na maioria das vezes, devem-se ao fato do não uso adequado de métodos contraceptivos e de preservativos. Ao tratar deste último, cerca de 59% dos brasileiros

não usaram preservativo em nenhuma das relações sexuais que tiveram nos 12 meses anteriores, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada no ano de 2023 (Gondim, 2025).

Diante disso, um dos motivos para essa falta de diálogo é o estigma criado sobre o tema, na qual pais e professores/as argumentam que tratar pedagogicamente sobre o assunto pode estimular crianças e principalmente os adolescentes a prática sexual precoce. Entretanto, estudos no Brasil e no exterior (Maranhão, 2019) caminham em sentido oposto, no qual crianças e adolescentes com uma boa educação sexual em casa e posteriormente na escola tendem a iniciar sua vida sexual mais tarde, pelo fato de tratarem com responsabilidade a sua sexualidade. Ao se referir sobre as faltas de reflexão e debates, Monteiro e Ribeiro (2019) destacam a educação sexual como um campo de conhecimento onde prevalece o conveniente silenciamento, a estratégia de restrição temática, o privilegiamento do senso comum e a manutenção do preconceito e da intolerância.

Essa “criminalização” também ganhou espaço na discussão a respeito do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos seus conteúdos, pois representantes do conservadorismo e da bancada fundamentalista cristã movimentaram-se contra a “Ideologia de Gênero” e esse processo ocasionou a retirada das expressões “Gênero” e “Orientação Sexual” do PNE e, mais tarde essa atitude influenciou diversos planos estaduais e municipais de educação a não elaborarem estratégias para discutir esses temas nas salas de aula (Alves; Rossi, 2020). Cabe ressaltar que essa onda conservadora no sistema educacional brasileiro foi motivada principalmente pelo movimento e projeto “Escola sem Partido”, sendo esse materializado em um discurso falacioso de estar presente um suposto fenômeno de instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos, partidários e eleitorais (Alves; Rossi, 2020).

A sexualidade humana é associada de forma limitada ao sexo ou ao corpo biológico, entretanto esse pensamento apresenta equívocos. Primeiro porque sexo (genitais) é confundido com sexualidade (dispositivo histórico de controle dos desejos e prazeres sexuais) e esta é considerada uma questão meramente pessoal e individual, negando sua dimensão social e política, no sentido a educação sexual não é sexo, muitas pessoas ao compreenderem que “[...] a sexualidade deva estar confinada à esfera privada reduz a sexualidade às nossas específicas práticas sexuais individuais, impedindo que concebamos a sexualidade como sendo definida no espaço social mais amplo” (Britzman, 1996, p. 80). Nesse sentido, muitas mães e muitos pais não têm preparo para tratar desses assuntos com seus filhos/as e precisam do apoio da escola

para garantir informações de qualidade em relação à sexualidade, sendo elas imprescindíveis, sobretudo, para a identificação e, posteriormente, o combate ao assédio e abusos sexuais e entre outras formas de violência.

Em relação a esse recorte acerca das faixas etárias, Moraes *et al* (2021) sinalizam para os Parâmetros Curriculares Nacionais, pois estes orientam tratar sobre orientação sexual ao longo de todos os ciclos de escolarização, principalmente a partir da quinta série. Desde a primeira infância os/as alunos/as já trazem dúvidas e questões sobre sexualidade, assim como apresentam necessidade e melhores condições para refletirem sobre essas temáticas.

Moraes *et al.* (2021) também chama atenção para trabalhar com adolescentes uma sexualidade voltada para questões sociais e culturais, como o cuidado com si e com o outro e a tomada de decisões, na qual essa concepção é denominada por esses autores como modelo biopsicossocial e não pode se restringir apenas ao aprendizado do corpo humano e da afetividade, sendo esse último classificado como modelo biológico-centrado e preventivo.

Em relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a abordagem da educação sexual aparece somente no oitavo ano do ensino fundamental inserida na unidade temática “Vida e Evolução”, dentro de uma perspectiva biológica e preventiva. Nesta orientação curricular, não aparece os termos sexualidade, sexo e gênero, tampouco, habilidades e competências para abordar saúde sexual e reprodutiva na educação básica.

Nesta pesquisa, aparecem termos como saúde sexual e reprodutiva e, a partir disso, é imprescindível resgatar quais seriam os direitos sexuais e reprodutivos reconhecidos como direitos humanos fundamentais, sendo estes inerentes ao ser humano e não podem ser relativos devido às peculiaridades culturais e sociais de cada sociedade. Conforme Brasil (2018) os direitos sexuais e reprodutivos são:

Viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições, e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a) ou dos(as) parceiros(as).

Escolher os(as) seus(suas) parceiros(as) sexuais.

Viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças.

Viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade, cor, raça, etnia, classe social ou condição física.

Escolher se quer ou não ter relação sexual.

Expressar livremente sua orientação sexual: heterossexual, homossexual, bissexual, assexual, entre outras.

Ter relações sexuais independentemente da reprodução.

Realizar sexo seguro para prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e HIV/AIDS.

Ter direito de acesso e acolhimento a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento humanizado e de qualidade, sem discriminação.

Ter acesso à informação e à educação sexual e reprodutiva.

Decidir, com sua(seu) parceira(o), de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos/filhas, quantos filhos/filhas desejam ter e em que momento de suas vidas.

Ter acesso a informações sobre meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos/filhas.

Exercer a sexualidade e a reprodução livres de discriminação, imposição e violência.

Realizar sexo seguro para a prevenção de gestações não planejadas (Brasil, 2018, p. 11-12).

Esses direitos dizem respeito a liberdade individual das pessoas de manifestarem sua sexualidade de forma saudável independente dos aspectos físicos, sociais, culturais, econômicos, étnicos e de orientação sexual e de optarem ou não pela reprodução e, em relação a isso, é direito desses indivíduos e dever do Estado proporcionar ao primeiro grupo assistência na gravidez e no parto e para o segundo grupo métodos e técnicas para não terem filhos.

Após essa exposição acerca dos principais direitos sexuais e reprodutivos, tencionamos diferenciar saúde sexual e saúde reprodutiva. O primeiro corresponde às habilidades de homens e mulheres de desfrutarem de uma sexualidade saudável, sem riscos de infecções sexualmente transmissíveis, de gestações não planejadas, de imposições e de discriminação. Essa saúde sexual possibilita uma vida sexual informada, agradável e segura, baseada no respeito mútuo nas relações sexuais (Brasil, 2018).

A saúde reprodutiva representa um “estado de completo bem-estar físico, social e mental e não simples a ausência de doença ou enfermidade” (ONU, 1994) referente ao sistema reprodutivo, suas funções e processos. Essa saúde reprodutiva busca desenvolver uma vida sexual segura e satisfatória e que os homens e mulheres tenham autonomia de reproduzir quando e quantas vezes quiserem e também de não optarem por esse procedimento. Em relação a essa última situação, esses indivíduos têm o direito de serem informados e ter acesso a métodos seguros e eficientes de planejamento familiar e de controle de fecundidade. Diante disso, devem ser oferecidos a elas serviços apropriados de saúde para passarem com segurança pela gestação e pelo parto, sendo assim, aumenta a probabilidade desse casal ter um filho sadio.

METODOLOGIA

Esse artigo trata-se de uma pesquisa de predominância qualitativa, com a presença também da lógica matemática a partir de categorizações presentes em quadros e de quantificações realizadas em gráficos. No presente trabalho foram utilizados procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa em educação. Segundo Lüdke e André (2012), a pesquisa qualitativa admite o contato direto do pesquisador/a, sendo esse seu principal instrumento com o ambiente investigado, principal fonte direta de dados. Em relação a isso, o motivo pelo qual é necessário esse contato estreito com a situação em que ocorrem os fenômenos, é a de que as pessoas, os gestos e as palavras estudadas são construídos pelo contexto onde aparecem.

A técnica de coleta de dados elegida foi o questionário. Esse instrumento é composto por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o intuito de obter informações a respeito dos conhecimentos, das crenças, dos valores, das aspirações, dos interesses e das expectativas (Gil, 2008). Dito isso, as respostas proporcionam os dados para descrever as características da população pesquisada ou comprovar as hipóteses na qual foram construídas durante o planejamento da pesquisa.

Para contactarmos com as escolas públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio do município de Belém, apresentamos o Ofício nº 01/2021 na qual constavam os objetivos e o procedimento metodológico adotados na pesquisa em tela. Após isso, o documento foi aprovado e a técnica da Unidade Seduc na Escola (USE) 03 enviou a relação dos nomes das escolas e os contatos dos seus diretores/as. A USE 03 corresponde as escolas do município de Belém/PA situadas nos bairros do Guamá, Terra Firme, Condor e Cremação, na qual representam a periferia da metrópole da Amazônia. Desse modo, o questionário dirigiu-se, mediado pelas direções das escolas, aos professores/as do ensino fundamental anos finais e ensino médio por via da plataforma *Google Forms*⁵. Vale ressaltar que nesse instrumento também consta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

O conteúdo das perguntas presente nos formulários refere-se primeiramente a questões básicas relacionadas às escolas que trabalha; à idade; à formação acadêmica; aos componentes curriculares trabalhados pelos (as) professores (as); aos anos de experiência como docente e por último as etapas de ensino da sua atuação. Em seguida, questionou-se o entendimento dos (as) docentes quanto ao significado de saúde sexual e reprodutiva, o trabalho com os conteúdos relacionados a esse conceito e também a participação dos alunos. Os dois últimos questionamentos dizem respeito à preparação dos (as) docentes diante ao trabalho com temas

⁵ Acesso ao [Questionário](#)

relacionados à saúde sexual e reprodutiva, bem como se eles participaram de alguma formação ou de eventos com especialistas nessa área de estudo.

As análises das questões presentes no questionário se deram por intermédio da metodologia de Análise Textual Discursiva (Moraes; Galiazzi, 2006), no qual esse procedimento inicia-se com uma unitarização ou desmontagem dos textos, onde os textos são fragmentados em unidades de significado. A partir disso, foi realizada a categorização, na qual consistiu na reunião das unidades de significado semelhantes, gerando níveis de categoria de análise. Para finalizar, ocorreu a produção de meta-textos analíticos com informações interpretativas.

Na seção seguinte, sistematizamos os resultados da coleta de dados em quadros, gráficos e tabelas. No quadro, estão presentes os dados qualitativos e nos gráficos e tabelas os dados quantitativos necessários para o tratamento analítico previamente escolhido.

CONCEPÇÕES DOS/AS DOCENTES SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Nessa esteira, o primeiro quadro é resultado das respostas de 29 professores/as que lecionam na rede pública do município de Belém, especificamente da Use 03, a respeito do significado de saúde sexual e reprodutiva e, a partir disso, realizamos a análise textual discursiva. Aliás, esses/as docentes são identificados/as a partir do sexo (masculino e feminino), componente curricular e etapas de ensino na qual lecionam, como exemplo: Feminino, História, Ensino Fundamental (F, H, EF), pois consideramos que tais características devem ser objeto de análise e interferem de modo substancial no currículo escolar.

Quadro 1 – Análise textual discursiva das concepções dos docentes sobre saúde sexual e reprodutiva

Para você, o que significa saúde sexual e reprodutiva?	Tema	Categoria
Saúde sexual e reprodutiva é um meio de autoconhecimento e de perceber o outro. As gerações se perdem por não conhecerem o próprio corpo, suas funções e o autocuidado (F, H, EF)	Autoconhecimento	Modelo biopsicossocial
Significa ter uma vida sexual prazerosa e, principalmente, segura. Para isso, é importante que haja esclarecimento e informações sobre assuntos relacionados à educação sexual no que diz respeito à prevenção de doenças e gravidez indesejada (F, LP, EF e EM)	Segurança	Modelo biológico-centrado e preventivo
É a área que abrange a reprodução humana, o comportamento sexual e afins, DSTs, métodos contraceptivos (F, EF, EF e EM)	Reprodução humana	Modelo biológico-centrado e

		preventivo
Orientação contraceptiva e preventiva (F, H, EF)	Informação	Modelo biológico-centrado e preventivo
Entendimento, independência e cuidado com o próprio corpo, fazendo escolhas livres e seguras (M, I, EF e EM)	Autonomia e Autocuidado	Modelo biopsicossocial
Satisfação sexual de forma segura e liberdade de decisão para reprodutividade (M, MAT e FIS, EF e EM)	Segurança e Autonomia	Modelo biopsicossocial
Ter saúde sexual e estar em plenas condições físicas e mentais para realizar o ato sexual de forma prazerosa, segura e responsável (M, Q, EM)	Bem estar físico e mental.	Modelo biopsicossocial
Significa o conhecimento e os cuidados que devemos ter sobre nosso corpo, não apenas como estrutura fisiológica, mas também com a nossa sexualidade e capacidade de reprodução (F, F, S e AVC, EM)	Autoconhecimento e Autocuidado	Modelo biopsicossocial
Significa a pessoa ter pleno conhecimento do seu corpo, está bem resolvido quando sua sexualidade, saber fazer uso de método contraceptivos e conhecer os perigos das DSTS (F, M, EF)	Autoconhecimento e saúde reprodutiva	Modelo biológico-centrado e preventivo
Discussão e esclarecimentos sobre sexualidade: desenvolvimento corporal; planejamento familiar, transformação corporal e preparo para engravidar; métodos contraceptivos (M, EF, EF)	Puberdade, Autonomia para a reprodução e autocuidado	Modelo biológico-centrado e preventivo
Ter conhecimento do corpo de forma humanizada e integralizada (F, LP, LI e A, EF e EM)	Autoconhecimento	Modelo biopsicossocial
Saúde sexual e reprodutiva é um meio de autoconhecimento e de perceber o outro. As gerações se perdem por não conhecerem o próprio corpo, suas funções e o autocuidado. Sem educação em saúde sexual as pessoas ficam expostas e vulneráveis à falácias e crenças populares sobre o assunto (M, LP, EF)	Autoconhecimento	Modelo biopsicossocial
Ato pautado no livre consento entre duas pessoas, no respeito e no amor. Ato que deve ser consciente por implicar muita responsabilidade, como a de gerar a vida de uma criança (M, H, EF)	Respeito mútuo e responsabilidade	Modelo biopsicossocial
Bem-estar hormonal e corporal e planejamento familiar (F, S, EM)	Bem estar físico e autonomia para a reprodução	Modelo biológico-centrado e preventivo
Significa que os indivíduos devem ter uma vida sexual prazerosa e segura, através de informações sobre a sexualidade e prevenção de DST/AIDS e a liberdade para decidirem se querem ter filhos, quando e com que frequência irão tê-los, através do acesso à informação e aos métodos contraceptivos (M, B, EM)	Informação e autonomia para reprodução	Modelo biológico-centrado e preventivo

Total capacidade de exercer relações com disposição para sentir viver experimentar o desejo (M, EF, EM)	Relações sexuais	Modelo biopsicossocial
Significa estar com saúde em todos os aspectos do corpo e da mente para que se for o caso gerar filhos ou filhas saudáveis (M, H, EF e EM)	Bem estar físico e mental e autonomia na reprodução	Modelo biológico-centrado e preventivo
Entendimento de como funciona o aparelho reprodutor e como mantê-lo saudável (M, Q, EM)	Reprodução humana	Modelo biológico-centrado e preventivo
Significa ter a junção e a consciência entre mente (através de informações sistematizadas acerca da matéria em questão) e corpo no sentido de conhecer-se psico, fisiológica e culturalmente para assim preservar a sua integridade e responsabilidade social (M, LP, EF e EM)	Consciência do autoconhecimento e do autocuidado	Modelo biopsicossocial
São informações de como funciona a reprodução e todos os elementos envolvidos de forma educativa e esclarecedora aos jovens e adolescentes (M, B, EM)	Reprodução humana	Modelo biológico-centrado e preventivo
É ter conhecimento sobre o próprio corpo, a sexualidade, métodos contraceptivos e autonomia sobre a reprodução (F, A, EF e EM)	Autoconhecimento e planejamento familiar	Modelo biológico-centrado e preventivo
O indivíduo deve ter uma vida sexual prazerosa e segura (M, FIS, EM)	Segurança	Modelo biopsicossocial
São os cuidados e responsabilidades que as pessoas devem ter em relação à vida sexual e à decisão de ter ou não filhos (M, M, EF e EM)	Responsabilidade e liberdade para reprodução	Modelo biopsicossocial
É se manter livre de doenças e ter um planejamento familiar (F, LP, EF e EM)	Saúde sexual e autonomia na reprodução	Modelo biológico-centrado e preventivo
Significa autoconhecimento, empoderamento de suas escolhas atuais e futuras (F, LI, EF e EM)	Autoconhecimento e Autonomia	Modelo biopsicossocial
Bem estar em sua sexualidade de forma geral, tanto física quanto emocional e psicológica (M, ER, EF)	Bem estar físico e mental	Modelo biopsicossocial
Significa dar oportunidade ao aluno sobre conhecimento sexual e ensinado a se conhecer melhor, como surgimos e de que forma podemos ter uma boa relação com o sexo seguro (F, Q, EM)	Autoconhecimento e informações sobre sexualidade	Modelo biopsicossocial
Ter condições de ter uma vida unitiva e procriativa (M, B, EM)	Reprodução	Modelo biológico-centrado e preventivo

Fonte: Lira (2022).

MODELO BIOLÓGICO-CENTRADO E PREVENTIVO

Historicamente, nos pós 2º Guerra Mundial muitas infecções sexualmente transmissíveis surgiram, como o HIV/AIDS na década de 80. Considerando isso, houve a necessidade de informar a população em relação ao planejamento familiar, a prevenção de doenças e de gravidezes indesejadas. A partir disso, surge esse modelo no intuito de propagar conhecimentos sobre fisiologia e anatomia da reprodução, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis (DST's). Esta concepção ainda se faz muito presente nos planejamentos das disciplinas de Ciências Naturais e Biologia (Ramiro, 2013).

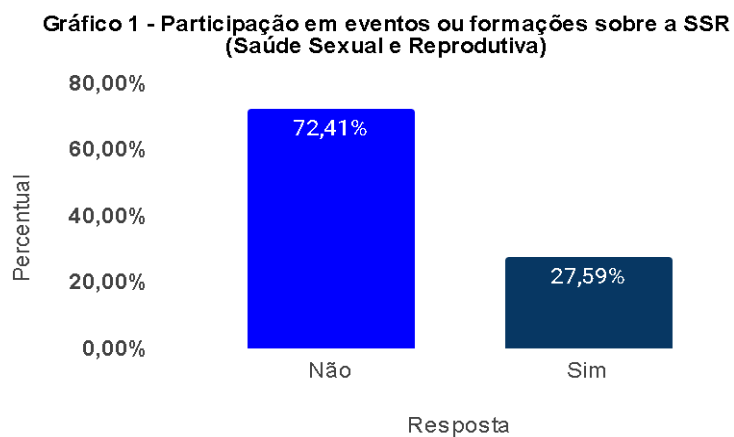
Dos 29 docentes que responderam o formulário, 16 conceituaram a saúde sexual e reprodutiva dentro de uma perspectiva biológica e preventiva. Essa afirmação pode ser vista na resposta de um dos participantes sobre a definição desse conceito:

Significa que os indivíduos devem ter uma vida sexual prazerosa e segura, através de informações sobre a sexualidade e prevenção de DST/AIDS e a liberdade para decidirem se querem ter filhos, quando e com que frequência irão tê-los, através do acesso à informação e aos métodos contraceptivos (M, B, EM).

Essa abordagem mais reducionista da educação em sexualidade pode ser explicada a partir da falta de formação especializada diante das dimensões da saúde sexual e reprodutiva. Para comprovar isso, na rede pública do município de Belém 72, 41% dos professores dizem não ter participado de nenhum evento ou formações sobre saúde sexual e reprodutiva e 27, 59% já tiveram contato com o estudo continuado (ver gráfico 1). Além disso, alguns professores relataram dificuldades, conforme analisaremos a seguir, no que tange à discussão da saúde sexual e reprodutiva na escola, devido ao crescimento da desinformação e do pânico moral instalado, sobretudo, pelos políticos brasileiros de extrema direita. Inclusive, segundo reportagem de Sousa (2025), deputada estadual bolsonarista Dra. Silvana (PL/CE) acusou o livro de literatura infantil “E o medo, que medo tem?” da autora Ana Paula Marques de promover “mensagens subliminares” pró-LGBT para crianças de até 5 anos.

Essa diminuição dos debates e reflexões sobre educação sexual e sexualidade pode ser resultado dos últimos acontecimentos na educação e na sociedade brasileira, no qual as políticas educacionais foram capitaneadas pelos setores mais conservadores da política e da religião, os quais, com o fito de preservar a moral e os valores familiares tradicionais, instalaram o discurso falacioso de que há uma “ideologia de gênero” na qual ela tem como objetivo a doutrinação

ideológica sobre gênero e sexualidade das nossas crianças e adolescentes (Silva; Guimarães, 2022). Como exemplo disso, na terceira e última versão da Base Nacional Comum Curricular, homologada no dia 20 de dezembro de 2017 pelo então Ministro da Educação Mendonça Filho, suprimiu o termo “orientação sexual” e esse documento limita-se a abordar o respeito à diversidade a partir dos aspectos físicos e biológicos do ser humanos.



Autor: Lira (2022)

Entretanto, muitos desses/as docentes não conseguem responder essas inquietações e essa situação é decorrente do sistema de educação, das escolas e do corpo docente pelo fato de não se atentarem à formação continuada em educação sexual. Diante desse panorama, o que nos impressiona é a quantidade expressiva de professores com Pós-Graduação (ver gráfico 3).



Autor: Lira (2022)

Esses dados nos revelam como os programas de pós-graduação vinculados às áreas de licenciatura e educação não têm se preocupado em se atualizar diante das mudanças ocorridas no âmbito da sexualidade, bem como de formar educadores sexuais na qual discutam com seus alunos as suas principais indagações. Aliás, muitos desses professores em exercício desconhecem materiais com informações verídicas e seguras sobre a temática e podemos observar isso no seguinte excerto “Nunca trabalhei, até porque não vi ainda qualquer material que pudesse levar a essas discussões em sala de aula” (M, LP, EF).

Essa negligência intencional por parte do sistema da educação em não oferecer formação ou eventos com especialistas na área da saúde sexual e reprodutiva representa uma atitude baseada no discurso hegemônico a respeito da educação sexual, onde colocam o ambiente escolar como espaço inadequado para tratar desses assuntos ou quando debatidas as práticas restringem-se a abordagem médica e preventiva proposta nos conteúdos curriculares de Biologia e Ciências Naturais.

Na sequência, apresentamos as discussões acerca do modelo biopsicossocial e suas dimensões e, a partir disso, problematizamos com as respostas do corpo docente em relação ao significado de saúde sexual e reprodutiva, bem como com os gráficos a respeito do trabalho com esses assuntos e se eles se sentem preparados em abordá-los.

MODELO BIOPSIKOSSOCIAL

Este modelo integra as várias dimensões da sexualidade, sendo essas a abordagem de questões como anatomia e fisiologia da sexualidade e da reprodução; os comportamentos sexuais; a orientação sexual; a sexualidade ao longo da vida, nas relações afetivas e os aspectos sociais (abuso sexual, exploração sexual, entre outros), as dificuldades e doenças relacionadas ao comportamento humano face a libido, as formas de prevenção e as redes de apoio existentes (Ramiro, 2013).

Para trabalhar esse modelo, é imprescindível apontarmos as definições de gênero, sexualidade e educação para a sexualidade. O primeiro, conforme uma perspectiva pós-estruturalista, é construído socialmente e culturalmente nas relações sociais e afirma-se o caráter social do feminino e do masculino e a partir disso o conceito exige que reconheçamos os projetos e representações diversas e plurais de mulheres e homens (Louro, 1997).

Em relação à sexualidade, Foucault (1984, p. 87) a concebe como uma grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder [...] A sexualidade não é o sexo e sim é um modo de ser que se incorpora a um corpo mediante suas práticas.

Nas escolas, prevalece práticas hegemônicas e cientificistas da educação sexual e da sexualidade, as quais explicam a sexualidade humana em termos exclusivamente biológicos como se os significados sobre os corpos e as práticas sexuais fossem imutáveis e descontextualizados das configurações culturais e históricas de sua produção (Silva; Guimarães, 2022).

A educação em sexualidade nas escolas é responsável por propagar a esses jovens e adolescentes informações de qualidade a fim de fornecer-lhes autonomia para cuidar da sua própria saúde e de desenvolverem relacionamentos sociais e sexuais baseados no respeito mútuo e reconhecer que suas escolhas podem afetar seu bem estar e também dos seus pares (UNESCO, 2019).

A respeito dessa concepção, 13 professores nos seus relatos revelaram reconhecer a saúde sexual e reprodutiva dentro de uma perspectiva mais ampla, onde o comportamento sexual, sendo esse interligado diretamente com a cultura, o autoconhecimento, o autocuidado e o reconhecimento de uma sexualidade voltada também para o bem-estar psicológico e emocional é considerado imprescindível na garantia da qualidade de vida da juventude. Para exemplificar isso, a seguir um professor destaca sua reflexão em relação ao conceito citado anteriormente:

Significa ter a junção e a consciência entre mente (através de informações sistematizadas acerca da matéria em questão) e corpo no sentido de conhecer-se psico, fisiológica e culturalmente para assim preservar a sua integridade e responsabilidade social (M, LP, EF e EM).

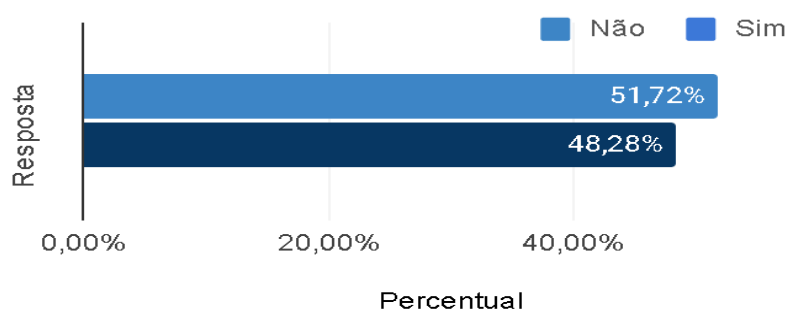
Aliás, em algum momento da adolescência esses estudantes irão questionar assuntos para além do conhecimento dos seus aparelhos reprodutores, pois nessa fase, na maioria das vezes, eles se relacionam amorosamente com seus pares e iniciam sua vida sexual. Diante disso, a partir dessas interações descobertas serão feitas e a escola como um espaço formador de cidadãos plenos precisa discutir e refletir com seus alunos a sexualidade do ponto de vista integral.

No entanto, esse modelo pautado em um debate mais amplo acerca da sexualidade humana esbarra na desconfiança dos pais e no controle da gestão das unidades escolares para tratar aspectos sociais e afetivos como orientação sexual e suas diversidades, diversidade sexual e as relações desiguais de gênero, pois as referências da comunidade escolar são pautadas, na sua maioria, em tabus e estereótipos. Desse modo, essas atitudes refletem nos/as professores/as em sala de aula, pelo fato de nesses ambientes prevalecer o conveniente silenciamento, a restrição temática, o privilegiamento do senso comum e a manutenção do preconceito e da intolerância (Monteiro; Ribeiro, 2019). Outrossim, essa insegurança pode ser vista a partir de um relato de um professor da educação básica belenense,

Não me sinto confiante. O momento político é de obscurantismo que vivemos, permeado de patrulhas podem gerar conflitos e desconfiança por parte dos alunos e pais. Há ainda muita distorção da verdade e dos fatos relacionados ao tema que ainda é tabu quando levado a sério. As pessoas, no geral, acham que não é assunto do ambiente escolar (M, LP, EF).

Essas características refletem no currículo e um exemplo dessa invisibilidade é o desaparecimento dos termos gênero e orientação sexual na Base Nacional Comum Curricular, principal documento da educação na qual reúne as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas ao longo de toda a escolaridade. Ademais, no gráfico abaixo podemos observar como essas condições repercutem diretamente nos dados captados pelo formulário sobre o trabalho com conteúdos relacionados a saúde sexual e reprodutiva, pois o gráfico revela que 51,72% dos (as) professores (as) disseram não ter trabalhado com essa temática em sala de aula, enquanto 48,28% dizem já ter trabalhado essas questões (ver gráfico 5).

Gráfico 5- Resposta dos docentes em relação ao trabalho com conteúdos relacionados a SSR



Autor: Lira (2022).

É importante ressaltar que alguns docentes participantes da nossa pesquisa revelaram trabalhar, de forma interdisciplinar, a saúde sexual e reprodutiva e dentro dessa experiência o profissional destacou a resistência por parte dos alunos e esses tabus e preconceitos construídos devem-se ao fato de viverem em ambientes formadores, como família e igreja, e eles carregam em si senso comum materializado nas suas convicções. Ao citar isso, destacamos o trabalho deste professor:

Já trabalhei esta temática de acordo com os eixos temáticos do Conteúdo Programático de Literatura e Produção Textual, envolvendo gêneros textuais literários e jornalísticos. Em princípio, a reação dos alunos refletiu os tabus provenientes de seu ambiente familiar e sua formação religiosa, manifestando uma certa resistência. Contudo, após um trabalho contínuo de sensibilidade conseguimos progredir em determinados pontos. É uma tarefa árdua que reflete uma desconstrução e construção de hábitos e posturas que há muito são assentadas numa cultura do preconceito (M, LP, EF E EM).

O professor é um instrumento de alicerce para desenvolver nos seus alunos competências para além do cognitivo, cabe a ele reeducar-se sexualmente, sendo essa reeducação embasada em fundamentos científicos, a fim de reverem e questionarem os preconceitos persistentes em nossa sociedade. Esse processo pode ser visto na seguinte fala:

Saúde sexual e reprodutiva é um meio de autoconhecimento e de perceber o outro. As gerações se perdem por não conhecerem o próprio corpo, suas funções e o autocuidado. Sem educação em saúde sexual as pessoas ficam expostas e vulneráveis à falácias e crenças populares sobre o assunto (M, LP, EF).

Em relação ao trabalho com a saúde sexual e reprodutiva, os (as) docentes no ato de suas pesquisas não devem restringir-se somente às informações de cunho médico e preventivo, pelo fato dessas não conseguirem acompanhar a sexualidade na sua complexidade social, relacional e cultural. Dessa forma, esses conhecimentos mais técnicos do modelo biologicista são impossibilitados de discutir temas como aborto, relacionamentos abusivos, orientação sexual, diversidade sexual e relações de gênero. Aliás, essa necessidade de refletir a sexualidade como uma visão mais ampla é destacada na fala de um professor:

[...] O professor de História é um ser, sobretudo social e político que não analisa somente os acontecimentos do passado de modo estanque, mas sim, em movimento e em contínua transformação. É muito válido e transformador

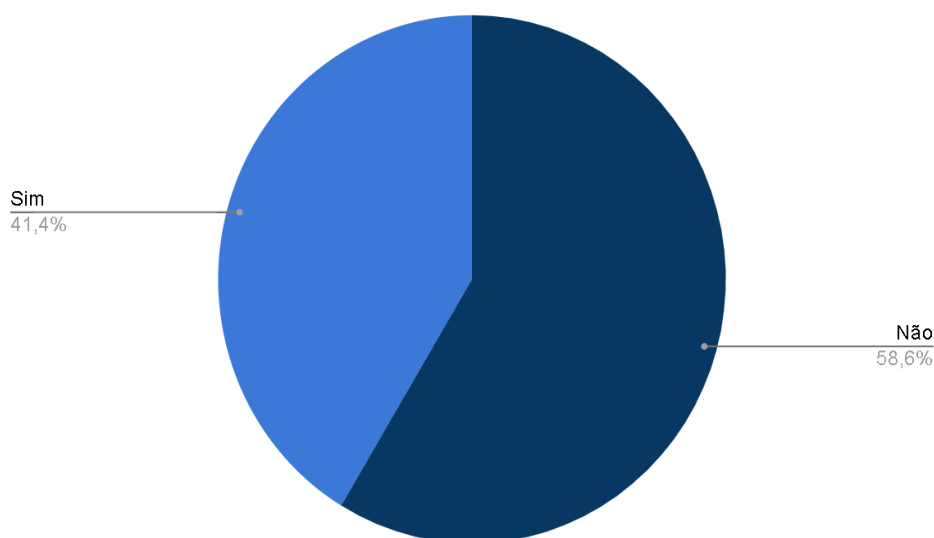
evidenciar aos nossos alunos e alunas as lutas de homens e mulheres pelo direito de se relacionar com alguém da sua escolha e preferência (M, H, EF).

Nas aulas de História sempre trabalhamos o respeito ao ser humano nos quesitos mais fundamentais como a liberdade e a diversidade. Promover sempre o debate quanto ao direito e ao respeito ao relacionamento dos negros, das mulheres, dos homossexuais faz parte integrante e vital dos componentes curriculares de História (M, H, EF).

Nos parágrafos anteriores, destacamos algumas experiências realizadas em sala de aula na qual problematiza os valores construídos diante da nossa saúde sexual, bem como a questões de identidades e diversidades sexuais. A partir dessas problematizações, ressaltamos a importância de tratar essas questões não somente nos componentes curriculares das Ciências Naturais e Biologia, mas sim em todo o currículo para a construção de um debate crítico e reflexivo dos nossos processos de construções e desconstruções.

Conquanto, essas práticas não representam, de fato, a realidade da rede pública do município de Belém, pois no nosso instrumento de pesquisa 17/29 professores/as dizem não estar preparado para abordar saúde sexual e reprodutiva e esses dados nos permite inferir que muitos deles não têm uma formação específica promovida pela secretaria de educação e não são estimulados a pesquisar e trabalhar esses conteúdos por conta de cederem à desconfiança da família e à pressão da unidade escolar.

Gráfico 6- Preparação para trabalhar a SSR



Autor: Lira (2022).

Essa situação da falta de formação pode ser vista na argumentação de um docente, na qual ele diz sentir “a necessidade de uma orientação ou mesmo uma formação mais sólida sobre o assunto” (M, LP, EF E EM). No gráfico acima, visualizamos esses números quanto à preparação.

Essas atividades em saúde sexual e saúde reprodutiva necessitam de uma abordagem dialógica e contextualizada, a qual permite por meio de grupos focais e rodas de conversa a expressão de sentimentos, vivências e percepções na qual favorece a interação dos adolescentes e proporciona um espaço seguro para a troca de experiências (Fonseca; Martins; Silva; Radovanovic *et al*). Entretanto, Silva e Guimarães (2022, p. 170) refletem:

Os/as alunos/as costumam apresentar dúvidas básicas com relação ao próprio corpo e identidade, por construírem conhecimentos de vida baseados, muitas vezes, em mitos e tabus que não são discutidos na escola, o que coloca em vulnerabilidade seu bem estar físico e emocional, sobretudo dos grupos historicamente subalternizados como as mulheres, homossexuais e transexuais. Ao invés de uma educação sexual ancorada nas demandas reais dos estudantes, tem-se, em boa parte dos casos, a abordagem da sexualidade pautada apenas em seus aspectos biológicos, deixando o contexto sociocultural em segundo plano.

Nas considerações finais, discutimos se o nosso objetivo foi alcançado, bem como realizamos algumas provocações necessárias sobre saúde sexual e reprodutiva para pesquisas futuras e também para os currículos de formação de professores, pois estes ainda persistem em trabalhar a educação sexual em uma perspectiva preventiva atendendo as obrigações legais dos documentos curriculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propusemo-nos a identificar e analisar como os (as) professores do ensino fundamental e médio compreendem a educação em saúde sexual e reprodutiva em algumas escolas do município de Belém e para alcançarmos este objetivo utilizamos como técnica de coleta de dados o questionário com algumas perguntas a serem realizadas com os (as) professores (as).

A partir dos resultados e discussões, podemos ver que a concepção restrita deles em relação à saúde sexual e reprodutiva, baseada principalmente em princípios médicos e

preventivos, está diretamente ligada à falta de participação em eventos e formações realizada pela Secretaria Estadual de Educação, pois os currículos das escolas de educação básica não provocam o debate acerca da sexualidade de um ponto de vista mais amplo, onde os aspectos sociais e relacionais e, na maioria das vezes, as práticas pedagógicas em educação em sexualidade priorizam o modelo biológico para atender as obrigações legais dos documentos curriculares nacionais.

Além disso, muitos desses professores (as) revelaram não trabalhar conteúdos relacionados a essa área, bem como não se sentirem preparados para discutir com adolescentes e jovens a respeito de uma vida sexual mais segura.

Nessa esteira, é necessário discutir acerca do funcionamento do Programa Saúde na Escola (PSE) no município de Belém, pois esse programa, aprovado em 2007, tem como objetivo articular escolas e a atenção primária à saúde a fim de desenvolverem estratégias para abordar a saúde integral.

Dito isso, defendemos que seja realizada uma reformulação nos currículos da educação básica, na qual aborda a saúde sexual e reprodutiva em sua completude, considerando os elementos sociais e afetivos que a cercam, contemplado isso, os adolescentes e jovens terão acesso às informações de qualidade necessárias para viverem sua sexualidade de forma plena.

REFERÊNCIAS

ALBARADO, Ádria. **Saúde divulga dados epidemiológicos sobre HIV e aids no Brasil**. Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: [Saúde divulga dados epidemiológicos sobre HIV e aids no Brasil — Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis](#). Acesso em: 22 dez. 2025.

ALVES, Jozimara Assunção Camilo; ROSSI, Célia Regina. Políticas públicas de gênero e sexualidade na educação: breve análise sobre a “ideologia de gênero”. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/> Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/>. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes- abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. Brasília: Secretaria Nacional dos

direitos da criança e do adolescente, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Cuidando de adolescentes**: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 44p.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico Sífilis 2025**. Ministério da Saúde. 2025. Disponível em: [Boletim Epidemiológico - Sífilis 2025 — Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis](#). Acesso em: 22 dez. 2025.

BRASIL. Departamento passa a utilizar nomenclatura "IST" no lugar de "DST". **Ministério da saúde**, 17 nov. 2016. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF. 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 1996, p. 72-96. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

FERREIRA, Andreia. **Ministério da Saúde orienta boas práticas para prevenção da gravidez na adolescência**. Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: [Ministério da Saúde orienta boas práticas para prevenção da gravidez na adolescência — Ministério da Saúde](#). Acesso em: 22 dez. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FONSECA, Beatriz Sousa da; MARTINS, Mayara Almeida; SILVA, Guilherme Malaquias; RADOVANOVIC, Cremilde Aparecida Trindade, MERINO, Maria de Fátima Garcia Lopes. Diversidade e Educação, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1237–1259, 2025. DOI: 10.63595/de.v13i1.18302. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/18302>. Acesso em: 22 dez. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2024. Disponível em: [18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024](#). Acesso em: 22 dez. 2025.

GONDIM, Emily. **13 de fevereiro é o dia internacional do preservativo**. TVT News, 2025. Disponível em: [IST's aumentam no Brasil com redução do uso de preservativo](#). Acesso em: 22 dez. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

HYPENESS. Menino estuprado por 3 anos denunciou agressor após assistir reportagem sobre abuso. **Hypeness**, 8 jul. 2021. Disponível em: <http://www.hypeness.com.br/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LOURENÇO, Tainá. Infecções sexualmente transmissíveis entre jovens preocupam especialistas. **Jornal da USP**, 16 abr. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/>. Acesso em: 23 set. 2021.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 2012.

MARANHÃO, Fabiana. Educação sexual nas escolas é menor do que imaginamos. **Nova escola**, 2019. Disponível: <https://novaescola.org.br/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Práticas discursivas sobre/da educação sexual na ditadura militar no Brasil. **Diálogos Pertinentes-Revista Científica de Letras**, v. 15, n. 2, p. 112-127, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.unifran.br/> Acesso em: 24 nov. 2021.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MORAIS, Nívea Aparecida Alves; GUIMARÃES, Zara Faria Sobrinha; DE MENEZES, João Paulo Cunha. Educação sexual: as percepções dos professores de biologia do ensino médio. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, p. 135-156, 2021. Disponível em: <https://renbio.org.br/> Acesso em: 31 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da conferência internacional sobre população e desenvolvimento**. Cairo, 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências**. 2019. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

RAMIRO, Lúcia Isabel da Silva. **A educação sexual na mudança de conhecimentos, atitudes e comportamentos sexuais dos adolescentes**. 2013. Tese de Doutorado-Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RAMOS, Miriam. Adolescentes iniciam vida sexual cada vez mais cedo. **Jornal da USP**, São Paulo, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

REDAÇÃO. Educação sexual nas escolas diminui doenças e gravidez precoce. **Revista Educação**, 07 nov. 2019. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA, Tayse Souto; GUIMARÃES, Kalina Naro. Desafios da Educação Sexual na Escola: Reflexões sobre Gênero e Sexualidade a Partir dos Discursos de Professores de uma Escola Pública em João Pessoa – PB. **Revista Porto das Letras**, Vol. 8, N. 4 Linguagens e Educação em Diálogo. Disponível em: <https://scholar.google.com/>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SILVA, Paloma de Oliveira; SILVA, Breendo Holanda Pereira; RIBEIRO, Rayane Brandão; PAULINI, Fernanda. Sociedade e educação sexual: influências do conservadorismo político-religioso nos documentos norteadores do ensino básico brasileiro. **SciELO Preprints**. Disponível em: [SOCIEDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: INFLUÊNCIAS DO CONSERVADORISMO POLÍTICO-RELIGIOSO NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO | SciELO Preprints](#). Acesso em: 22 dez. 2025.